



Societat Catalana de Egiptologia, que tem dado um significativo impulso às actividades egiptológicas em Espanha.

*Luís Manuel de Araújo*

**JOSÉ DAS CANDEIAS SALES**, *A Ideologia Real Acádica e Egípcia. Representações do poder político pré-clássico*, Nova História, 33, Editorial Estampa, Lisboa, 1997, 290 p. ISBN 972-33-1318-9.

Os cursos de mestrado na área de História Pré-Clássica começam agora a dar os seus frutos: preparam-se edições de algumas das teses apresentadas no âmbito do mestrado em História e Cultura Pré-Clássica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e José das Candeias Sales publicou recentemente a sua tese de mestrado em História das Civilizações Pré-Clássicas apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O volume que agora apreciamos, com apelativa capa e limpa paginação, foi em boa hora produzido sob a chancela da Editorial Estampa numa acção que desde já se felicita: é que, não sendo hoje, felizmente, uma raridade no nosso país as edições de autores portugueses versando sobre temática pré-clássica, nem todas elas surgem com a seriedade, a fundamentação, o apuro e o rigor que esta patenteia.

Na Introdução (pp. 17-27) fica desde logo avisado o leitor que «não é na articulação comparativa (...) entre a situação vivida pelos semitas mesopotâmicos durante o período de domínio da dinastia de Akad e pelos egípcios durante praticamente toda a sua história que se deve procurar a unidade deste trabalho. Antes, ela é tentada no esforço de reflexão sobre as próprias componentes do poder político, independentemente do seu espaço geográfico de exercício» (p. 21). O trabalho subordina-se a «um critério de análise bipartido»:

I. A guerra e o poder político – onde o Autor focaliza a sua «atenção interpretativo-explicativa sobre o evento, sobre a instituição, sobre a função guerreira como elemento imprescindível da configuração e consolidação do poder político e da ideologia acádica»;

II. O rei e o poder político em Akad e no Egipto – com a reflexão centrada «no aparato propagandístico-ideológico de que a figura/instituição real se reveste com o intuito de se justificar e legitimar em Akad e no Egipto».

A I parte trata da guerra e do poder político (em Akad), desdobrando-se em três capítulos. No primeiro é-nos apresentado o território como base de organização político-militar, avaliando-se a circulação de riquezas e a busca de matérias-primas (pp. 35-42), a estrutura administrativo-institucional (pp. 43-49) e o impacto demográfico-social, onde os impressionantes números ali manejados são «indiscutivelmente estimativos» (pp. 49-54). O cap. 2 trata dos condicionalismos da vida política, começando com a oposição, isto é, as reacções externas e internas ao poder centralizador acádico (pp. 55-62), as alianças e coligações de ordem político-militar (pp. 62-65), a diplomacia e os seus «diplomatas» (pp. 65-69). No cap. 3 é evocada a máquina de guerra acádica e são bem justificadas as causas da superioridade que no seu tempo manifestou (sobretudo nos reinados de Sargão e Naramsin), merecendo análise minudente o armamento então utilizado (pp. 71-76), as técnicas de combate (pp. 76-81) e a remuneração dos militares em bens móveis e de raiz, rendoso complemento das pilhagens e saques (pp. 81-83).

A II parte tem por título «O rei e o poder político em Akad e no Egipto» desdobrando-se em dois blocos, a ideologia real acádica e a ideologia faraónica, nos quais se tenta «formalizar, a partir das fontes consultadas, uma série de noções e práticas inerentes à realeza e à sua ideologia – elementos destacados da assunção, acção e aceitação da própria realeza – nos dois espaços geográfico-históricos em estudo» (p. 22 da Introdução). A análise da ideologia real sustentadora da dinastia fundada por Sargão abre com a qualificação real (pp. 91-118), que inclui o território, a vitória militar, a protecção divina e a predestinação, seguindo-se o carisma real (pp. 119-132) com a importância da onomástica, da titulação e do culto. Quanto à ideologia faraónica, ela é aqui abordada de duas formas que harmonicamente se interligam e complementam: a realeza como idealização (pp. 133-183), onde cabem a predestinação, as profecias, os oráculos, os sonhos e a liturgia, e a realeza como prática (pp. 184-239), com a genealogia, a titulação, a onomástica, as insígnias de poder e a observância da *maet*, «indissociável do faraonato como instituição fulcral da vida egípcia» (p. 229).

A Conclusão (pp. 241-246) segue a linha bipartida da exposição feita, primeiro em relação a Akad, «o paradigma da legitimação do poder pela força militar e pelo direito de conquista» (p. 243), e depois com o Egipto faraónico, «uma civilização que se define pela instituição monárquica» (p. 244).

Em Anexo apresenta-se um *Corpus* documental com questões de crítica textual, histórica e literária (pp. 249-278), que infelizmente, por razões de ordem editorial, teve de ser abreviado, privando-nos assim de textos úteis resultantes da tradução integral para português de vários documentos académicos e egípcios. E seria de esperar, tratando-se de quem é, a fruição de traduções sérias e escorreitas dos textos antigos com as respectivas notas e comentários, tarefa premente para evitar a «consulta» a deploráveis traduções de antigos textos egípcios que infelizmente correm por aí. Também se lamenta que à bibliografia (pp. 279-290) não se siga um índice remissivo. Registe-se entretanto a inclusão de várias ilustrações (entre as quais os gráficos e os mapas), propositadas e comedidas, a enriquecer o texto.

Ligeiras observações poderão ser feitas a este proveitoso estudo e que, se for o caso, uma segunda edição terá eventualmente em conta. Assim, na Introdução, aparece Urzababa como rei de Uruk quando ele reinou em Kich (p. 24, nota 3). Harmakhis, o Hórus do Horizonte, ficaria melhor (para não se desirmanar da preferência onomástica geral) como Horemakhet ou, em modalidade *nisbe*, Horakhti (forma que aliás aparece na p. 140); o cargo sacerdotal de *kheri-hebet aá* ou *kheri-hebet tepi* deveria ser traduzido como «sacerdote leitor chefe» (p. 146); o nome de Hórus de Ouro de Tutmés IV (p. 199), *user der pedjet 9 (wsr dr pdt 9)* ficaria mais sucinto e mais à letra como «o poderoso que repeliu os Nove Arcos» em vez de «poderoso é o gládio daquele que repeliu os Nove Arcos» (como consta de facto em C. Lalouette, *Textes sacrés...*, p. 37, mas que não condiz com o texto hieroglífico aqui citado); na p. 206, legenda da fig. 13, o olho profiláctico de Hórus é *udjat* e não *uadj*. Infelizmente os serviços gráficos da editora não conseguiram colocar devidamente alinhado o código de transliteração 3 correspondente ao signo , facto que se observa em várias páginas.

Por outro lado – e dir-se-á que é uma questão de estilo ou de hábito – o discurso agradável e até elegante do Autor vê-se uma ou outra vez perturbado por intromissões de vocábulos como *leitmotiv* (p. 32 e 241), *terminus* (p. 37), *nuanças* (p. 43), *raids* (p. 52), *intelligentsia* (p. 60), *démarches* (pp. 67 e 249), *pivot* (p. 89), *complot* (pp. 149 e 244), *sancto sanctorum* (p. 155), entre outros, para os quais talvez fosse possível arranjar correspondentes em português.

Respeitando, obviamente, a opção do Autor, cabe ainda perguntar se a primeira parte, que trata exclusivamente da guerra e do poder político

em Akad, não ficaria melhor integrando-se como um capítulo introdutório d' «A ideologia real acádica» (pp. 91-132) para que a Obra ganhasse maior equilíbrio. Outro apontamento, passível de aceso debate, é bem candente: o aportuguesamento dos termos semitas (antropónimos e topónimos) como habitualmente se vê em traduções portuguesas de obras sobre história da Mesopotâmia (e até mesmo em originais de conhecidos assiriólogos). Afinal, far-se-ia o mesmo que se fez com o nome de Sargão (de Šarrukin), e com as formas onomásticas relativas ao Egipto (questão abordada na Introdução, pp. 26-27). O Autor, com os seus conhecimentos de língua acádica, está certamente à altura de autonomizar-se em relação a modelos estrangeiros (no caso franceses), com a limpeza, o equilíbrio e o bom senso que se patenteiam na opção que tomou quanto aos nomes egípcios e tendo em conta que a esmagadora maioria dos leitores (ou o «público comum», como se diz na nota prévia, p. 16) não tem familiaridade com tais soluções especializadas. Assim, e para manter uma certa unidade de apresentação formal do volume (já que ela foi claramente posta de lado quanto ao tratamento do tema, com dois blocos separados; p. 21), optar-se-ia por formas mais legíveis: é que, salvo melhor opinião, a partir das versões dos especialistas deveria correr paralelamente uma versão para os leitores em geral, não especializados.

Enfim, pequenos reparos cirúrgicos, não necessariamente cauterizantes, que não colidem de todo com o útil e eficaz (*akh*) conteúdo de uma obra que bastante prestigia a orientalística portuguesa e concorre para afirmar o nome do seu autor entre o reduzido leque de investigadores que entre nós se dedicam ao estudo aturado, à divulgação séria e à dignificação dessa ciência universal que é a Egiptologia.

*Luís Manuel de Araújo*

**JOSEP PADRÓ**, *Historia del Egipto Faraónico*, Alianza Universidad, 857, Alianza Editorial, Madrid, 1996, 484 p. ISBN 84-206-2857-3.

Depois de mais de vinte anos de docência universitária e de escavações no Egipto (primeiro em Ihnaseia el-Medina/Heraclaeópolis Magna e depois em Bahnasa/Oxirinco), abalançou-se o Autor a escrever e publicar uma *Historia do Egipto Faraónico*, a «sua» história. Professor catedrático de História Antiga na Universidade de Barcelona e colaborador do